

Depois da manifestação ao Sr. D. João Sanches

Revista do Arquivo Público Mineiro

Estante Antiga

Revista do Arquivo Público Mineiro

146

Rosana Areal de Carvalho  
Livia Carolina Vieira

## Meninos cidadãos e cidadãos meninos

As práticas escolares descritas no relatório de 1911 do diretor do Grupo Escolar de Mariana, em Minas Gerais, sugerem uma adequação entre legislação e política, tendo em vista a formação dos cidadãos segundo modelo inspirado nos ideais do regime republicano brasileiro.



> Neste artigo tratamos do *Relatório do Grupo Escolar de Marianna de 1911*.<sup>1</sup> Nele, o diretor da instituição, José Ignácio de Sousa, emite juízos de valor acerca das práticas educacionais então em voga, o que nos instigou a investigar a realidade daquela escola no contexto da república e da cidade de Mariana, nas duas primeiras décadas do século XX. Para tal, utilizamos um conjunto de documentos escolares existentes no acervo da escola e do Arquivo Público Mineiro (APM).

O relatório consta de sete páginas manuscritas, encaminhadas a Delfim Moreira da Costa Ribeiro, então secretário de Estado dos Negócios do Interior. É datado de 28 de dezembro de 1911 e contém a assinatura do diretor e do inspetor escolar, que o assinaram em 29 de dezembro. Contém os seguintes subtítulos: *Dos trabalhos; Dos professores; Alunos; Exames e promoções; Matrícula e freqüência; Quadro sinoptico do movimento do grupo; Festas escolares; Material didactico e escolar; Prédio; Campo pratico; Entrega de certificados; Caixa escolar*.

Nele estão descritas as “ocorrências verificadas” no grupo como também, claramente expressa, a posição de José Ignácio quanto à política educacional:

Começo-o solicitando vênha para congratular-me com V. Excia. por motivo da Reforma da Instrucção primaria, que baixou com o decreto 3191, a qual satisfaz o fim altamente patriotico e humanitario de crear cidadãos dignos, não só pela obrigatoriedade do ensino fazendo desaparecer o analphabetismo, cujo grande factor tem sido, em grande parte, o egoismo feroz de pais atrazados que, para explorar o serviço dos filhos, os privam da escola; como também, pela efectiva fiscalisação das escolas particulares, onde, com raras excepções, a criança se atrophia por falta de hygiene e o seu carácter se abastarda com os castigos corporaes.<sup>2</sup>

Observa-se a importância dada à educação na construção de “cidadãos dignos”, bem como a valorização da escola pública em detrimento das iniciativas particulares. Tais posições refletem os ideais republicanos e as expectativas quanto ao papel da escola na formação desse novo cidadão, afeito à república.

Procurou-se investigar no relatório outras marcas que denunciassem as influências recebidas por José Ignácio. Por exemplo:

A geração actual creada e educada sob o influxo da referida Reforma não temerá enfrentar a “lucta portentosa da vida hodierna” a que se refere Th. Roosevelt no seu livro “Vida Intensa”, da qual cada um de seus membros saberá “tirar esplendido triumpho final”.<sup>3</sup>

Theodore Roosevelt, presidente norte-americano (1901-1909), também escritor,<sup>4</sup> visitou o Brasil em 1914, numa expedição organizada por marechal Rondon. A expedição tinha o objetivo de identificar a nascente de um rio até então conhecido como Rio da Dúvida. Para além de revelar a grandiosidade da natureza, a expedição quase custou a vida dos seus integrantes, que passaram privações e enfrentaram condições muito precárias diante da violência das doenças infecciosas provocadas pelos mosquitos.

Outra influência notada no relatório revela os estudos de ciências naturais,<sup>5</sup> lançando mão de imagens próprias desse campo:

A fiscalisação do ensino moldada, como se acha, em principios de justiça, pela selecção natural entre os mais competentes, dará, na pratica, excellentes resultados.

A presente Reforma da Instrucção primaria é o cadinho no qual será fundida a futura

grandeza de Minas e por isso honra e glorifica a superintendência de V. Excia. na pasta dos Negócios Interior do Estado de Minas e é motivo de nobre orgulho para a Pátria Mineira.<sup>6</sup>

Quanto aos trabalhos próprios ao grupo escolar, elogia esse modelo<sup>7</sup> demonstrando que os resultados obtidos eram superiores aos das escolas isoladas, comprovando o acerto da medida tomada pelo governo republicano.

### O exemplo docente

Sobre os docentes, já na introdução o diretor adianta sua concepção: “sublime missão de ensinar e praticar o bem, fazendo do magistério sacerdócio de trabalho, carinho e tolerância, amor e justiça”.<sup>8</sup> Percebe-se que José Ignácio concebe o trabalho docente mais como vocação do que como profissão. Acrescente-se a isso a valorização da conduta para além da competência profissional, em nada destoando da legislação vigente e das práticas, ainda vigentes no século XIX, relativas à conduta moral do professor, vendo neste, muito mais do que um agente da instrução, um exemplo a ser seguido.

Esse conceito do professor coincide com a imagem formada no âmbito da legislação, conforme indica Mourão:<sup>9</sup> o professor deveria ser

[...] exemplo vivo de altivez, independência, coragem, amor ao trabalho, prudência, ordem, sobriedade, temperança, economia, decoro, dignidade, moralidade, civismo, abnegação, verdade, humanidade e justiça.

Consoante a tudo isso, José Ignácio elogia as professoras que cumpriram as normas emanadas da diretoria, com destaque para aquelas que realizaram otimamente seus deveres. Em contrapartida, denuncia

as professoras que não souberam conduzir seus trabalhos conforme o esperado:

A professora D. Leonydia de Castro Queiroz, consentiu que sua classe se mantivesse, durante o anno em permanente algazarra e qualquer ordem ou observação da directoria ou mesmo do Inspector era, por ella, discutida, dentro e fora do estabelecimento [...].

A professora Albertina Guedes teve igual procedimento de sua collega Leonydia e é além de tudo muito violenta e descortês para com os collegas, director e alumnos, aos quais trata com pouco carinho antipathizando-se, de vez em quando com determinado alumno aponto de ser necessário a intervenção da directoria. E nos dias dos exames manteve-se inconvenientemente irritada, sendo a causa de seu procedimento o facto de ter sido, no 4º. anno, approvada simplesmente uma sua protegida.<sup>10</sup>

Não menos rigoroso era o senhor diretor para com os alunos:

A disciplina manteve-se regularmente durante o anno em todas as classes, com excepção dos 3º. e 4º. anos regidos pelas professoras D. Albertina Guedes e D. Leonydia de Castro Queiroz, aos quaes appliquei as penas do artigo 414 de I até VI, que nenhum resultado deram e por isso appliquei a VII aos meninos do 4º. ano Francisco Queiroz de Almeida e Alberto Abdon Rodrigues. Os únicos alumnos que procederam bem no 4º. anno, são Luiz França de Almeida, Pedro Muzzi do Espírito Santo e Manoel Ferreira Carneiro.<sup>11</sup>

Nos artigos do Cap. VI – Da disciplina nas escolas, do Título VII, constam as determinações disciplinares

a serem cumpridas por alunos e professores. O Título XX, cap. 1, do Regulamento de 1911 estava dedicado ao “Código disciplinar”. As penas estabelecidas pelo código – Art. 414 – eram:

- I. admoestação;
- II. repreensão;
- III. más notas nos boletins mensais;
- IV. exclusão dos prêmios escolares;
- V. privação parcial do recreio, por 15 minutos no máximo;
- VI. reclusão na escola, depois de concluídos os trabalhos escolares, sob a vigilância dos professores, pelo espaço máximo de meia hora; suspensão de frequência, até três dias, com aviso aos VII. pais, tutores e pró-tutores;
- VIII. eliminação da matrícula;
- IX. censura por edital;
- X. multa de até dois contos de réis;
- XI. suspensão até três meses;
- XII. remoção;
- XIII. desclassificação;
- XIV. exoneração.<sup>12</sup>

### Normas e disciplina

O modelo do grupo escolar exigia que se garantisse a ordem e, assim, a relação entre professores e alunos assentou-se sobre uma rigorosa disciplina, que, quando necessário, resultava em castigos, como vimos acima, e que premiava o merecimento, conforme veremos no decorrer do relatório.

O “Quadro sinóptico do movimento do grupo” reúne informações sobre matrícula, frequência e promoções, indicando as turmas e seus regentes. O corpo discente, formado por 352 matriculados em janeiro, finalizou o ano com 239 alunos. Ainda que a frequência tenha sido prejudicada, na avaliação do diretor, por conta do “sarampo

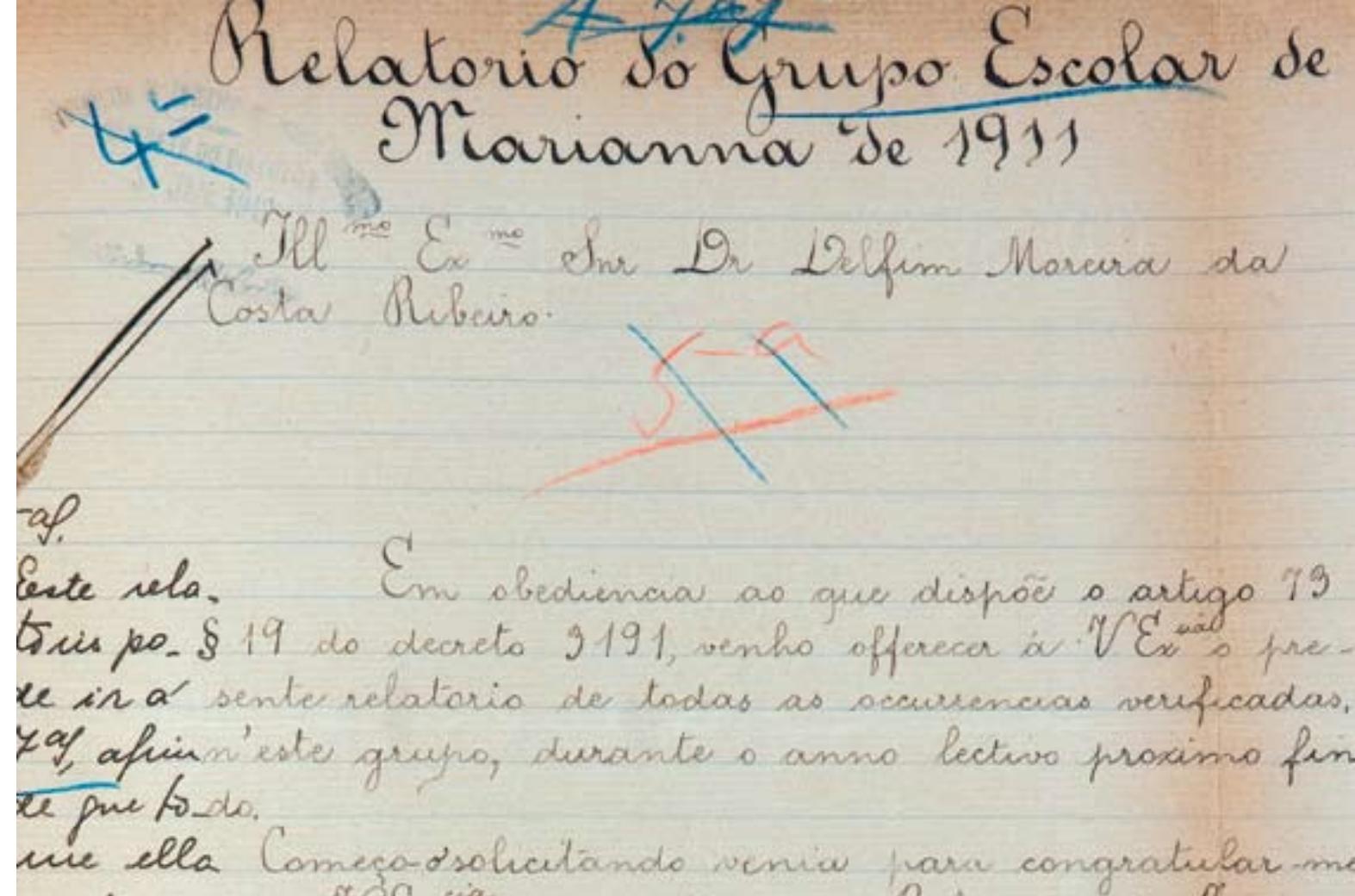
e coqueluche, principalmente nos primeiros anos”, nada se pode afirmar sobre evasão escolar ao longo das séries, pois ainda não se havia formado a primeira turma de alunos que ingressaram na primeira série em 1909.

Por outro lado, é possível perceber a grande demanda por matrículas ao verificarmos a composição da primeira série, com um quantitativo de alunos que justificaria a formação de duas turmas. Por conta disso, o horário de funcionamento do grupo escolar estabelecido no Regulamento de 1906 – das 10h às 14h – e no Regulamento de 1911 – das 11h às 15h – em pouco tempo se mostrou insuficiente, passando o grupo a oferecer aulas em dois turnos.

Pelo “Quadro Sinóptico”, comprova-se a existência de duas turmas para cada série, atendendo ao prescrito pela legislação que determinava que no grupo escolar o curso primário fosse ministrado a cada sexo separadamente.<sup>13</sup> Ainda no tocante à questão de gênero, destaca-se a predominância feminina no corpo docente.

As festas escolares eram momentos de evidência local para os grupos escolares, com a divulgação das ações republicanas e dos símbolos da república (bandeira, escudo e hino)<sup>14</sup>. Previstas no regulamento, aconteciam com certa frequência, e por reunirem a comunidade escolar, tornaram-se palco para a formação do cidadão republicano e uma oportunidade de exaltação à escola. As solenidades eram realizadas com toda a pompa e contavam com a presença de autoridades.

O Grupo Escolar de Mariana, como consta no relatório, se preocupou em garantir o sucesso das celebrações, e para tanto o diretor se queixa de faltarem os recursos necessários, muito especialmente para a organização de uma orquestra, e solicita o envio de um piano. Têm-se indícios de que esse pedido foi atendido: partituras musicais foram encontradas no acervo, e nos relatos de ex-alunos e professores houve referência a isso. Outra



Detalhe do Relatório do Grupo Escolar de Marianna de 1911, de José Ignácio de Sousa. APM – SI – 3407.

sugestão do diretor era que o Estado se comprometesse a enviar instrumentos para a formação de uma banda que seria mantida sem maiores ônus.

O ensino de canto coral e música vocal constava do “Programa de Ensino” para todas as séries. E no Regulamento de 1906 vinha assim expresso: “Art. 42. Nas escolas públicas primárias haverá sempre canto coral de hinos patrióticos, fazendo-se com esmero o ensino da música vocal.” Vê-se que estava presente em todas as disciplinas a preocupação com a formação do cidadão. Nas primeiras séries essa preocupação se concretizava nas atividades de estímulo à formação do sentimento patriótico.

Consta do relatório uma lista do material didático e escolar que foi gasto durante o ano de 1911: cartilhas, livros de leitura, lousas, papel, lápis etc. Comenta o diretor que a maior parte dos livros – mais de 150 exemplares – já teriam vindo estragados das escolas isoladas.

No subtítulo “Campo prático”, expressa o diretor:

Seria de grande vantagem a criação de um campo prático de agricultura, anexo ao grupo, que viria ensinar os meninos a amar a terra, as arvores e o trabalho, rompendo, deste modo, com preconceitos mal entendidos de muitos, para os quaes o trabalho é humilhante.<sup>15</sup>

No art. 28 do Regulamento de 1906, estava prescrito o funcionamento das “aulas anexas”, que o governo organizaria assim que fosse possível.

Nessas aulas os alunos executarão trabalhos práticos apropriados à sua idade e relativos aos ofícios de hortelão, arboricultor e jardineiro; receberão também noções práticas de construção de habitações e outras que sejam julgadas convenientes. As alunas, em compartimentos separados, executarão trabalhos de costura, sob suas diversas formas e nos seus variados destinos, e corte sob medida, habilitando-se ao mesmo tempo na fabricação de objetos de fantasia e de ornamentação.<sup>16</sup>

### O trabalho enobrecedor

Ao prescrever as aulas anexas no Grupo Escolar de Mariana, José Ignácio revelava uma preocupação de valorização do trabalho, rompendo a concepção que vinculava este à escravidão, além de propiciar o aprendizado de um ofício para aqueles que dele necessitassem. Interessante registrar que para essas aulas práticas haveria uma sustentação teórica nas aulas de geometria – desenho linear – e aritmética.

Conforme estabelecido no Regulamento de 1906 – Capítulo VIII – Regime escolar, exames, prêmios, férias –, os exames seriam de suficiência e finais, podendo o aluno que tivesse obtido a nota “ótima” em aproveitamento e aplicação durante o primeiro semestre ser promovido para o ano seguinte. José Ignácio relata que foram aprovados nos exames finais da quarta série 32 alunos, e promovidos nas outras seis classes (de primeira a terceira séries, uma classe para cada sexo), 108 alunos.

A legislação trazia uma prescrição que estimulava a realização de cerimônia para a entrega de prêmios aos

alunos que mais se destacassem. Assim, na solenidade da entrega de certificados era feita tal premiação. O objetivo era demonstrar à sociedade os resultados dos trabalhos e a importância das atividades desenvolvidas pelo grupo, reafirmando sua identidade e seu valor social. A sessão era acompanhada por pais e pela população, tornando-se uma oportunidade proveitosa para a publicidade do grupo e de seus personagens. Ao final de 1911, o Grupo Escolar de Mariana assim o fez:

No dia 10 do corrente fiz, solememente, a entrega de certificados aos meninos que terminaram o curso primário. E, com o fim de estimular os meninos que ficaram no grupo e patetear à sociedade de Marianna o adiantamento que terminaram o curso, organizei, com elementos estranhos ao estabelecimento, jury ao qual submetti os alunos do 4º. anno com o fim de distribuir prêmios.<sup>17</sup>

E o momento não poderia ser mais oportuno para a prática política, como se lê: “Paraninfando o ato, por parte dos meninos, o Exmo. Sr. Senador Gomes Freire e por parte das meninas a Exma. Sra. D. Maria do Carmo Freire”.<sup>18</sup>

A Caixa Escolar, que obedece ao Regulamento 3191 de 1911, foi criada num momento cívico – a Festa da Bandeira. No relatório final de sua primeira administração, consta que ela possui “o fim de estimular a maior frequência de alunos do nosso Grupo escolar”.<sup>19</sup> Seus recursos provinham de seus sócios, das gratificações não recebidas pelos professores e funcionários da escola e de algumas atividades culturais desenvolvidas no grupo, tais como teatro, filmes, apresentações diversificadas, quermesses etc.

A existência da Caixa Escolar denuncia outra realidade: a presença de alunos oriundos de camadas populares. Daí também as atividades direcionadas ao aprendizado

de um ofício, como o já mencionado treinamento nos trabalhos agrícolas. Para as escolas isoladas do sexo feminino, estava prevista a aprendizagem das “prendas domésticas, com o conhecimento dos trabalhos de agulha, corte e confecção de peças de vestuário”, que também se estendia aos grupos escolares, como se verifica no Programa de Ensino.

Uma situação pitoresca acerca desse aprendizado ocorreu em 1913, quando a Caixa Escolar pagou tecido para a confecção de uniformes a 60 alunos pobres e comprou “218 ½ metros de azulina para uniformes para alunas pobres”.<sup>20</sup> Ou seja, contava-se com a confecção das peças durante o aprendizado das meninas.

O relatório elaborado por José Ignácio ressalta aspectos disciplinares e as vantagens do grupo escolar frente às escolas isoladas. O texto indica uma concepção de educação bem adequada aos moldes republicanos, conferindo ao Estado a responsabilidade de ministrá-la, desqualificando a iniciativa particular nesse campo. Por outro lado, confere à ação docente um caráter de missão, relacionando magistério a vocação. Até o momento, a pesquisa indica que os conceitos que nortearam a prática pedagógica do diretor e do corpo docente não destoam dos resultados já apresentados por outros pesquisadores, o que sugere certa eficácia por parte das ações fiscalizadoras, ao cumprirem o objetivo do Estado de homogeneizar as ações educativas.

### Notas |

1. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (doravante APM). Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3407. *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

2. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

3. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

4. Possivelmente, José Ignácio faz referência ao livro *The strenuous life*, 1909. Disponível em: <[http://wikisource.org/wiki/author:theodore\\_roosevelt](http://wikisource.org/wiki/author:theodore_roosevelt)>.

5. Formado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto em 1898. Cf. DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos do Sesquicentenário da Escola de*

*Farmácia de Ouro Preto*. 3. ed. rev. Ouro Preto: UFOP/Escola de Farmácia, 1989.

6. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

7. Para mais informações sobre os grupos escolares em Minas Gerais, ver FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

8. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

9. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da república*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962. p.190.

10. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

11. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

12. MINAS GERAIS. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1911. Regulamento a que se refere o Dec. n. 3.191 de 9 de junho de 1911. p. 156-206.

13. MINAS GERAIS. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1906. Regulamento a que se refere o Dec. n. 1.960 de 16 de dezembro de 1906. p.156-206. Título I, Cap. III, Art. 21.

14. Encontramos uma discussão mais profunda acerca da função das festas cívicas escolares no projeto republicano em SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

15. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

16. MINAS GERAIS. Regulamento de 1906, Título I, Cap. III, Art. 28.

17. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

18. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

19. APM. Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3440.

20. APM. Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3440.

**Rosana Areal de Carvalho** é doutora em história pela Universidade de São Paulo e professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Coordena o projeto de pesquisa *Grupo Escolar de Mariana: política, educação, cotidiano*. **Lívia Carolina Vieira** é bacharelada em história pela Ufop e integrante do mesmo projeto.